



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14415 - Painel Temático - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

Painel Temático

### INFÂNCIAS E EDUCAÇÃO EM PANDEMIA: DAS DESIGUALDADES E SEUS IMPACTOS

Maria Walburga dos Santos - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

Cláudia Oliveira Pimenta - Fundação Carlos Chagas - FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Fabiana Silva Fernandes - FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Maria Cristina Soares de Gouvea - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Marlene Oliveira dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DE BAHIA

### INFÂNCIAS E EDUCAÇÃO EM PANDEMIA: DAS DESIGUALDADES E SEUS IMPACTOS

Cláudia Oliveira Pimenta

Fundação Carlos Chagas (FCC)

Fabiana Silva Fernandes

Fundação Carlos Chagas (FCC)

Maria Cristina Soares Gouvea

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Marlene Oliveira dos Santos

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Maria Walburga dos Santos

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar *campus* Sorocaba)

O presente painel articula três pesquisas de diferentes instituições brasileiras, situadas

em São Paulo, Minas Gerais e Bahia, cujos estudos envolvem as infâncias e as crianças, abordando Educação, docência e desigualdades em contexto pandêmico, oriundo da pandemia de COVID-19. A proposta reconhece o agravamento da pobreza das condições materiais de vida de vários grupos sociais diante da pandemia, compreendendo diferenças e desigualdades que marcam as infâncias e envolvem conjunturas econômicas, sociais, educativas e culturais, comprometendo direta e indiretamente a vida das crianças e atingindo, conseqüentemente, o conjunto de direitos dos quais elas são sujeitos. Tendo essa compreensão como eixo, destacamos os três estudos em pauta, sendo que no trabalho “Contornos das Desigualdades na Educação Infantil, no Contexto da Pandemia”, trazemos a discussão de como o isolamento social e o fechamento das unidades educativas, creches e pré-escolas, expuseram o papel desempenhado pelas instituições de educação infantil, que vai além do caráter educacional, funcionando também como equipamento social. No segundo resumo, intitulado “Infância e pandemia: exercícios de escuta das crianças”, a voz das crianças constitui-se no principal elemento gerador de dados, reconhecendo e reforçando seu lugar como atores sociais competentes, que elaboram o vivido e constroem narrativas, o que permitiu visibilizar o impacto das desigualdades brasileiras na experiência dos sujeitos. Apesar da escuta ser realizada com crianças mais velhas, insistimos no movimento de interface que abarca a existência das crianças, que estão inseridas num mundo concreto, em que marcadores sociais (gênero, etnia, raça, classe, idade) se fazem presentes e contribuem com a compreensão de seus contextos específicos. Por sua vez, o texto “Crianças, famílias, docentes e pandemia”, realizada em 2020, em treze estados brasileiros, promoveu uma reflexão sobre as experiências de profissionais da Educação Infantil no contexto pandêmico, tendo como foco compreender, na perspectiva deles, como as crianças e as famílias reagiram às atividades propostas pelos docentes nos primeiros meses da pandemia. A partir dos estudos, entendemos desigualdades como fator impactante na vida das crianças, principalmente na vida das mais pobres, negras e que habitam periferias. A pandemia potencializou essa constatação, em que há reverberações no trabalho pedagógico, na formação docente, na situação social das famílias, nas experiências infantis, na Educação e na ressignificação social do papel da escola da infância, exigindo reordenamento de ações em favor da vida, atreladas à proposição de políticas públicas que possam colaborar com uma sociedade mais equânime para todas as pessoas, desde bebês.

**Palavras-Chave:** Infâncias; Pandemia de COVID-19; Desigualdades, Docência, Educação Infantil.

### **Contornos das Desigualdades na Educação Infantil, no Contexto da Pandemia**

Cláudia Oliveira Pimenta (Fundação Carlos Chagas)

Fabiana Silva Fernandes (Fundação Carlos Chagas)

### **Introdução**

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, constitui-se como um direito social das crianças e suas famílias, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, ao longo do tempo, estudos e pesquisas têm evidenciado que esse direito ainda não se concretizou, tanto em relação à cobertura das matrículas (FERNANDES, 2017; COUTINHO, 2019; SOUSA; PIMENTA, 2019; COUTINHO; ALVES, 2019; COUTO; SOUSA, 2022) como no que tange à qualidade das condições de oferta das/nas redes e instituições (CORRÊA, 2003; CAMPOS; FULGRAFF; WIGGERS, 2006; CAMPOS; COELHO; CRUZ, 2006; CAMPOS *et al*, 2010; BASSI, 2011; NUNES; CORSINO; KRAMER, 2013; FALCIANO; SANTOS; NUNES, 2016; MORO, 2017; 2018)

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014) prediz, em sua Meta 1, a universalização da pré-escola até o ano de 2016 e o atendimento de, pelo menos, 50% das crianças de zero a três anos, até 2024, estabelecendo 17 estratégias para tornar realidade esta meta. Contudo, a universalização da educação infantil para as crianças de quatro e cinco anos ainda não se efetivou e, tampouco, a ampliação da oferta de creches para as crianças de zero a três vem se constituindo. De acordo com o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022 (INEP, 2022), a taxa de cobertura de creche atingiu, em 2019, 37% e, na pré-escola, 94,1%.

No contexto da pandemia, essas e outras questões que envolvem a educação infantil tornaram-se ainda mais fragilizadas, pois, dadas as circunstâncias de isolamento social para não disseminação da Covid-19, entre março de 2020 até meados de 2021, as instituições de ensino foram fechadas e passaram a atuar por meio do ensino remoto.

Se para as demais etapas da educação básica e para o ensino superior o cenário foi extremamente complexo e repleto de polêmicas em torno de como conduzir o processo educacional durante o confinamento, na educação infantil a situação foi ainda mais delicada, dadas as especificidades que concernem a essa etapa educacional.

O Parecer nº 5 de abril/2020, do Conselho Nacional de Educação (CNE) assinalou a necessidade de garantir, ao menos, a reposição de 60% das “aulas” para a educação infantil, no retorno presencial, e a confecção de atividades e orientações “de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo” (BRASIL; CNE, 2020, p. 9), por parte das redes e escolas, que deviam ser distribuídas às famílias para que elas conduzissem as atividades com as crianças, durante o isolamento social, de modo a garantir “atendimento essencial às crianças pequenas” e evitar “retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais” (Idem, p. 9).

Não obstante a intencionalidade da legislação em promover a reflexão e o desencadeamento de ações para o atendimento da educação infantil, na pandemia, cabe discutirmos em que medida, de fato, tais ações foram implementadas e em quais condições. Nesses termos, a pesquisa *Contornos das desigualdades na Educação infantil, no contexto da pandemia* teve como objetivos, identificar e analisar ações que foram desencadeadas no referido contexto, pela rede municipal de educação de São Paulo e por instituições educacionais, que contribuíram para diminuir ou aumentar as desigualdades nessa etapa educacional, na visão das/dos professoras/es.

## **Metodologia**

O estudo, de natureza qualitativa e de caráter exploratório, fez uso dos seguintes procedimentos metodológicos: i) levantamento e análise de documentos oficiais e normativas exaradas pelos três entes federativos (União, estado e município de São Paulo), entre março de 2020 e julho de 2021, que orientaram as instituições de educação infantil e seus profissionais; ii) levantamento de notícias referentes à educação infantil, no *site* da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP); iii) grupo focal com professoras/es da Educação Infantil para explorar conceitos, significados e impressões dessas/es profissionais sobre desigualdades educacionais, considerando seu contexto de trabalho durante a pandemia e a relação com as crianças e famílias; iv) levantamento de literatura nacional, referente ao objeto em tela, de modo a obter um panorama empírico e teórico sobre o tema para cotejamento com os documentos normativos e as informações fornecidas pelo grupo focal.

## **Resultados e discussão**

Durante o período crítico do isolamento social, os entes federativos produziram vários

textos normativos, de modo a orientar a continuidade das atividades educacionais, mesmo que à distância. A União elaborou normas de natureza mais geral e estados e municípios detalharam questões relativas à disponibilização e uso de materiais, organização do trabalho escolar (currículo, avaliação, procedimentos didático-pedagógicos, carga horária, ensino remoto e presencial, protocolos de segurança entre outros). No caso da educação infantil, houve uma preocupação com as especificidades da etapa, considerando-se as necessidades de desenvolvimento da criança, os desafios para se desenvolver atividades remotas e promover interações entre as crianças e delas com os profissionais da educação; a participação da família no processo educativo, entre outros.

A rede municipal de educação paulistana não legislou de modo tão incisivo sobre esta questão, contudo, notou-se um trabalho intenso para a manutenção das atividades escolares. Por meio da análise das notícias publicadas no *site* da SME/SP, depreende-se que houve ações voltadas para diferentes aspectos do processo educativo: produção de materiais, formação de professores, distribuição de cartão-alimentação e materiais didáticos, melhoria dos recursos tecnológicos e oferta de diferentes *softwares* educativos.

No caso da Educação Infantil, produziu-se material de orientação para as famílias sobre desenvolvimento e aprendizagem das crianças, além de cadernos de atividades impressos que foram enviados aos responsáveis. Ressalva-se que tais materiais são apropriados para os educadores, mas de difícil compreensão para as famílias.

Houve preocupações de cunho social mediante a realização de várias campanhas de prevenção contra a Covid-19; atendimento emergencial para crianças de zero a três anos, matriculadas na rede municipal de ensino, cujos responsáveis que atuassem nas áreas de saúde, assistência social, serviço funerário ou segurança e que não tivessem condições de manter os filhos em casa, pudessem contar com o apoio da escola. Ainda nessa esfera, a prefeitura distribuiu cartões-alimentação para as crianças em situação de vulnerabilidade social.

A análise da legislação e das notícias publicadas no *site* da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo possibilitou depreender que houve esforços do município para assegurar a manutenção das atividades escolares, nas diferentes etapas de ensino.

Todavia, as professoras que participaram do grupo focal assinalaram que o investimento em plataformas de ensino, amplamente anunciados no *site* da SME/SP, parece não ter surtido efeito, em função da dificuldade de acesso das crianças, uma vez que os responsáveis por elas não tinham familiaridade com essas ferramentas e as crianças precisavam do acompanhamento de um adulto para realizar tal tarefa. Some a isso a desigualdade no acesso, das famílias e dos professores, à internet e a equipamentos tecnológicos.

Nas comunidades mais periféricas, a estratégia foi abrir as instituições educativas para que as crianças pudessem receber material impresso. Ainda assim, poucos familiares tiveram condições de auxiliar as crianças, seja porque o material era de difícil entendimento para eles, seja porque a atividade laboral não os permitia acompanhar as crianças, que exigem uma atenção grande de um adulto por ainda não terem autonomia e maturidade suficientes para realizarem a programação indicada sem essa mediação.

Sobre o retorno presencial, as professoras manifestaram receio por sua saúde, das crianças e suas famílias, e mencionaram o quanto a pandemia comprometeu as interações na educação infantil, onde o toque, o abraço, o carinho, o acolhimento se fazem muito presentes. Também, registraram dificuldades para realizar a alimentação dos bebês, uma vez que, segundo elas, as crianças criaram um vínculo muito forte com as mães, especialmente as que

nasceram em 2020, que tiveram mais tempo de amamentação e a introdução de outros alimentos de forma tardia: algumas crianças resistiam à introdução de leite não materno e a autonomia para se alimentarem sozinhas era menor, comparada a crianças de anos anteriores.

### Considerações finais

Notadamente, a educação infantil é fundamental para o desenvolvimento integral e pleno das crianças, pois cumpre um papel distinto daquele exercido pelo ambiente doméstico. O princípio da indissociabilidade entre educar e cuidar é um aspecto que se realiza no espaço da educação infantil, na interação com os adultos e as outras crianças e na programação de atividades, jogos e brincadeiras que proporcionam a articulação entre essas duas ações do trabalho do professor de educação infantil.

A pandemia desvelou, dentre outras questões, o papel cumprido pela instituição de educação infantil, não apenas como instituição educativa, mas também como equipamento social, o valor dessa etapa educacional para as famílias e a importância das interações sociais para o desenvolvimento integral das crianças.

### Referências

BASSI, Marcos Edgar. Financiamento da educação infantil em seis capitais Brasileiras. São Paulo: **Cadernos de Pesquisa**, Vol.41(142), 2011.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federal (1988)**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAMPOS, Maria Malta *et al* . **Educação infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Ministério da Educação. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2010. (Relatório Final).

CAMPOS, Maria Malta; FULLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

CAMPOS, Maria Malta; COELHO, Rita de Cassia; CRUZ, Silvia Helena Vieira da. **Consulta sobre Qualidade da Educação Infantil**: Relatório técnico final. FCC/DPE, 2006.

[COUTINHO, Angela Scalabrin](#); ALVES, Thiago. Desigualdade de acesso à Educação Infantil: uma análise da meta 1 do PNE na região metropolitana de Maringá. **Educar em Revista**, v. 35, p. 194-217, 2019.

[COUTO, André Augusto Anjos](#); SOUSA, Sandra Zákia. Acesso à creche nos municípios do Brasil: possibilidades para o monitoramento. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 52, p. e09025-e09025, 2022.

CORRÊA, Bianca Cristina. Considerações sobre qualidade na Educação Infantil. **Cadernos**

de **Pesquisa**, n. 119, p. 85-112, julho/ 2003.

FALCIANO, Bruno Tovar; SANTOS, Edson Cordeiro dos; NUNES, Maria Fernanda Rezende. Infraestrutura escolar: um critério de comparação da qualidade na educação infantil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 880-906, set./dez. 2016.

FERNANDES, Fabiana Silva. A educação infantil na agenda: A definição da política pública. **Retratos da Escola**, v. 11, p. 189, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: Inep, 2022.

MORO, Catarina. Diferentes olhares para a creche: a avaliação de contexto com o instrumento SPRING em um município da Emilia Romagna. **Linhas**, Florianópolis, v.19, p. 138, 2018.

MORO, Catarina. Avaliação de contexto e políticas públicas para a educação infantil. **Laplace em Revista**, São Carlos, v.3, pg. 44, 2017.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; KRAMER, Sonia. Educação infantil e políticas municipais: um estudo longitudinal **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 152-175, jan./abr. 2013.

SOUSA, Sandra Zákia; PIMENTA, Cláudia Oliveira. Atendimento à educação infantil no estado de São Paulo: trilhas previstas em planos municipais de educação. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. 1/e194520-21, 2019.

### **Infância e pandemia: exercícios de escuta das crianças**

Maria Cristina Soares de Gouvea

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

#### **Introdução**

A pandemia de Covid-19 constitui um fenômeno social contemporâneo inédito, pela radicalidade de sua circulação, de contágio e da intensidade dos seus efeitos. Num mundo globalizado, ainda que tais efeitos atravessem fronteiras, a experiência da pandemia mostra-se significativamente diversa, de acordo com as condições sociais, as políticas nacionais e locais de enfrentamento. Verifica-se que a pandemia intensificou a concentração de renda, penalizando especialmente as populações mais pobres, tanto no número de adoecimento e óbitos, quanto na piora da qualidade de vida. As condições estruturais, em que se destacam o efeito das desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero, informam como tal experiência foi vivida pelos distintos grupos sociais e indivíduos.

No contexto de um governo comprometido com o desmonte de políticas sociais dirigidas à infância, com a chegada da pandemia ao país, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância da UFMG (Nepei/ UFMG) <sup>[1]</sup> se mobilizou para compreender seus efeitos na população infantil e suas famílias, bem como indagar como estes sujeitos significam tal

experiência, elaborando um projeto de pesquisa voltado para a escuta das crianças sob o título: *Infância em tempos de pandemia* (<https://infancia-em-tempos-de-pandemia.webnode.com/>). A pesquisa, desenvolvida entre março de 2021 e dezembro de 2022 (a pesquisa empírica foi desenvolvida entre maio e novembro de 2021, tendo sido a análise dos dados, socialização dos resultados realizada ao longo de 2022), buscou demonstrar que as crianças são atores sociais competentes, capazes de elaborar o vivido, fazendo-o através de construções de narrativas. Ao mesmo tempo, visibilizar o impacto das desigualdades brasileiras na experiência dos sujeitos.

Para tal, foram investidos esforços para a construção de estratégias metodológicas de investigação, formação de uma equipe de pesquisadores de diferentes níveis de formação (bolsistas de iniciação científica, mestrandos, doutorandos, pós doutorandos, colaboradores) e a infraestrutura. O trabalho foi desenvolvido conjuntamente, constituindo-se como espaço de aprendizado de pesquisa coletiva, em um contexto de crescente dramaticidade e incerteza.

### **Dimensões metodológicas no contexto de isolamento social**

A escuta, presente no título, apresenta-se com centralidade na pesquisa. Como afirmam Dunker e Thebas (2019), a escuta se conforma como prática social de acolhida do outro, implicando uma descentralização de si. No caso da pesquisa com crianças, envolve o constante desafio no enfrentamento do “adultocentrismo”, na construção de estratégias metodológicas que possibilitem a produção discursiva, visual, oral ou escrita.

Motivados por essas reflexões, desenvolvemos a investigação em Belo Horizonte e Região Metropolitana/MG. Pretendeu-se analisar as relações sociais, as experiências e os sentimentos despertados em crianças entre 8 e 12 anos que tiveram suas rotinas alteradas. Buscou-se também apreender as condições de vida de crianças, especialmente daquelas que se encontram em situação de maior risco de vulnerabilidade social.

A metodologia consistiu em um inquérito extensivo, com aplicação de um questionário on-line que obteve 2.300 retornos, dos quais 2.021 foram validados. Foi utilizada a técnica conhecida como “bola de neve” para divulgação do questionário. Em uma segunda etapa da pesquisa, foram realizadas entrevistas, também de maneira remota, utilizando plataformas digitais e/ou aplicativos de celular, com 33 crianças que se disponibilizaram a participar dessa etapa. As análises do conjunto de informações construídas buscaram articular técnicas quantitativas e qualitativas. A escuta das crianças ocorreu também por meio do envio, por elas, de mensagens, desenhos e fotografias para um ambiente virtual<sup>[ii]</sup>. A pesquisa seguiu todos os protocolos éticos das pesquisas com crianças.<sup>[iii]</sup>

A realização de uma pesquisa em contexto de isolamento social exigiu a reflexão acerca dos modos de conceber evidências científicas de forma confiável e ética, dados os mecanismos de acesso e de comunicação que são mobilizados. O recurso, as ferramentas de comunicação on-line vêm levantar um conjunto de aspectos éticos e de proteção de dados que necessariamente precisam ser considerados e têm impacto no acesso aos informantes e aos modos desses participarem. Por outro lado, aspectos centrais na pesquisa qualitativa, frequentemente utilizada na pesquisa com crianças, como a proximidade, a construção de relações de pesquisas de proximidade e a estadia prolongada no terreno, foram desafiados e convocados a se reinventar.

Na composição do grupo investigado, no que se refere a faixa etária, tivemos a participação de 503 crianças de 8 anos de idade, 425 crianças de 9 anos de idade, 409 crianças de 10 anos de idade, 356 crianças de 11 anos de idade e 328 crianças de 12 anos de idade. Em

relação a autodeclaração de raça/cor, 45,4% se autodeclararam pardas, 39,8% se autodeclararam brancas e 9,2% se autodeclararam pretas, 28 se autodeclararam amarelas, 12 se autodeclararam indígenas, 27 se autodeclararam com outras cores e 47 escolheram a opção “não sei ou não quero responder” para essa pergunta. Em relação ao gênero das crianças, a pesquisa obteve: 51% de participação de meninas, enquanto os meninos representaram 47,9% dos participantes. Com relação à vinculação administrativa das instituições escolares que os sujeitos da pesquisa frequentavam, verificamos que 64,4% das crianças estudavam em escolas públicas e 30,6% em escolas privadas.

A partir da escuta das crianças, buscamos interpretar os discursos presentes nos questionários e entrevistas, entrecruzando os dados quantitativos e qualitativos e construindo categorias analíticas no diálogo com a produção bibliográfica sobre os temas emergentes. Buscou-se dar visibilidade tanto a expressão da subjetividade infantil, a partir da análise das perguntas abertas do questionário e entrevistas, quanto aos dados demográficos, na análise das perguntas objetivas, avaliando-se o impacto das desigualdades sociais, de acordo com os marcadores de raça/etnia, gênero, idade e território, na vivência da pandemia.

Se, metodologicamente, a pandemia provocou a construção de instrumentos de escuta em contexto de isolamento, a fala da criança permitiu descortinar, diante da ausência da escola presencial, os muitos mundos sociais da infância. Iremos, neste painel, contemplar os sentimentos e emoções de crianças expressos sobre a pandemia e o isolamento social.

*“Uma doença que afasta e aproxima as pessoas”* (Menina, parda, 10 anos, escola privada)

Dentre outros aspectos, procurou-se compreender que afetos das crianças foram mobilizados pela pandemia, entendendo que estes apresentam dimensões individuais (emoções) e coletivas (sentimentos), expressas nos seus discursos. Para tanto, recorreremos aos questionários aplicados pela pesquisa, focalizando especialmente as seguintes perguntas abertas: “Nessa época de pandemia de corona vírus, existem coisas que te deixam triste ou com medo? Quais são elas?” e “Nesta época de pandemia de corona vírus, quais são as coisas que te dão alegria? Que coisas fazem você rir?”

### **Análise dos resultados**

A análise dos resultados confirma a centralidade da escola na vida das crianças, indicando que os sentidos da instituição se ancoram numa função ampla do espaço escolar e, de modo especial, na possibilidade de convivência com outras crianças e com adultos. Essa convivência foi expressa como possibilidade de relações, de fazer e cultivar amizades, de se relacionar com os pares e com adultos. Tais relações se revelaram também essenciais para o processo de aprendizagem, o qual depende desse convívio num contexto interativo, marcado pelas relações afetivas e de acolhimento. A escola se afirma, nas falas das crianças, como espaço social e coletivo, fundado na riqueza e na diversidade de interações e sujeitos. Os sentimentos expressos pelas crianças mostraram-se ambíguos. Foram relatadas perdas relacionadas ao temor quanto à doença e ao impacto das medidas restritivas em seu cotidiano e nas redes de sociabilidade. Por outro lado, ganhos, relacionados principalmente a melhoria da qualidade e quantidade das interações familiares.

Revela-se, por um lado a dramaticidade expressa no temor das crianças. Embora em nenhuma pergunta do questionário o termo morte estivesse presente, cerca de 18% das crianças da pesquisa fizeram referência explícita ao tema. Destaca-se como o medo da morte foi expresso de forma concreta em algumas respostas, explicitando a angústia específica, na qual a morte implica a ausência de um adulto que cuide da criança, especialmente em famílias monoparentais. Neste caso, as crianças se referiram ao sentimento de solidão, de temor, de abandono e de orfandade. No contexto da pandemia, o medo não se refere a um sentimento



difuso, existencial, mas ao risco da ausência que a criança concretamente experimenta, diante de situações sociais vividas e faladas. O temor em relação ao futuro também foi frequente, tendo como foco a incerteza diante do risco de que tal situação temporária se perpetuasse. Os depoimentos das crianças se destacaram neste sentido, indicando a angústia vivida, diante da instabilidade frente a uma situação inédita em suas vidas e de seus familiares, para os quais não possuíam referência.

O isolamento constituiu a experiência mais concreta e significativa. A maioria das crianças o defenderam como política necessária diante do risco de contágio. Dentre os motivos para cumprir as medidas de isolamento social, destaca-se o sentimento de compromisso com a coletividade (informado por mais de 30% dentre aquelas que afirmavam seu cumprimento). Ao fazer referência à dimensão coletiva do isolamento social, as crianças fizeram uso de termos como consciência, empatia, respeito, senso de coletividade, segurança, ajudar, fazer a minha parte, proteção e precaução. Ressaltam ainda o compromisso moral nessa decisão, ao afirmarem que tal atitude seria: o correto, o certo, o melhor, o recomendado, o necessário e o seguro. A defesa do isolamento pelas crianças conjugou-se com a crítica àqueles que não o cumpriam, expressando tanto perplexidade, quanto frustração e impotência. Observa-se a angústia de algumas crianças diante do descumprimento, tanto por familiares, quanto por desconhecidos. As crianças deram visibilidade às emoções e sentimentos relacionados não apenas às perdas, mas também aos ganhos, expressos no termo “alegria”, o qual buscou dialogar com a expressão infantil de prazer, identificando, a partir da perspectiva da criança, possíveis ganhos em sua qualidade de vida.

Neste sentido, ao relatarem suas alegrias, as crianças destacaram majoritariamente o aumento da convivência familiar e da interação com os pais, em função do isolamento. Foram frequentes os comentários de que os pais (ressaltando a mudança especialmente na figura do pai) dedicavam mais tempo, interagiam, conversavam, riam e partilhavam atividades com os filhos, mostrando-se mais carinhosos, destacando que a maior convivência familiar constituiu grande ganho advindo da pandemia.

Observa-se no discurso das crianças e familiares a emergência de novas práticas de relacionamento que afetaram positivamente a rotina e as interações, fortalecendo os vínculos familiares. Foi marcante a presença das telas como mediação de atividades socializantes entre as crianças no período da pandemia. Independentemente da atividade mencionada como fonte do riso para as crianças, explicitaram a presença de outras pessoas durante sua realização, indicando que ainda que tenham intensificado o uso da internet e dos meios digitais durante a pandemia, a importância e a centralidade da interação social nas atividades por elas realizadas não diminuiu. Esta perspectiva de valorização das relações familiares não foi, no entanto, uniforme. As crianças também fizeram referência à solidão e à falta de acolhimento dentro de casa, o que se manifestou numa diversidade de termos para explicitar o sofrimento, imposto pelo isolamento. Através de seu discurso, é possível compreender também uma diversidade de arranjos familiares nos quais partilharam a pandemia. Muitas das crianças manifestaram tanto o desejo de convivência com outras crianças, quanto a dificuldade em conseguirem a atenção dos adultos.

## **Conclusão**

A presente pesquisa contemplou a escuta de crianças, tendo atingido, porém, apenas uma fração deste complexo e múltiplo universo que compõe a infância brasileira. Neste sentido, a investigação foi realizada também nos silêncios, naquilo que não pode aqui ser contemplado, mas que deve ser objeto de estudos futuros. Destaca-se o efeito da pandemia em grupos sociais mais específicos, que não foram alcançados nesta investigação, as crianças indígenas, as crianças quilombolas, as moradoras em zonas rurais, ou grupos urbanos mais

vulneráveis.

Como a investigação foi desenvolvida no ano inicial da pandemia, seria necessária a continuidade do estudo de modo a apreender os efeitos da longa duração das medidas de biossegurança e do aumento dramático do número de contaminação e óbitos, bem como da piora nas condições de vida na experiência das crianças. Infelizmente não foi possível dar continuidade ao estudo empírico, dadas as muitas demandas institucionais da equipe participante. Contudo, cabe observar que não foi registrada nenhuma referência a situações domésticas sobre abuso infantil no desenvolvimento da pesquisa. Tal dado deve ter em conta as estratégias utilizadas, em que, tanto o questionário, quanto as entrevistas, previam a mediação do adulto responsável pelas crianças. Além disso, como observado, o grupo que participou da pesquisa apresentava relativa homogeneidade, em termos de interesse e disponibilidade dos responsáveis, o que pode ter excluído lares onde situações de abuso pudessem estar presentes. A pesquisa aponta também a necessidade de desenvolvimento de investigações longitudinais, que acompanhem os efeitos imediatos e os de longo prazo da pandemia na saúde física e mental, nos processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Salienta-se a importância de que tais investigações subsidiem políticas de proteção às novas gerações.

Por fim, a investigação demonstra a necessidade de contemplação da escuta das crianças no planejamento de políticas públicas, bem como na formulação de ações em contextos de crises, considerando que são cidadãos plenos, com direito à participação social.

## Referência

DUNKER, Christian; TEBAS, Cláudio. **O palhaço e o psicanalista**: Como escutar os outros pode transformar vidas. São Paulo: Planeta, 2001.

## Crianças, famílias, docentes e pandemia

Marlene Oliveira dos Santos

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

## Notas introdutórias

A pandemia de covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, explicitou antigos desafios no campo da educação, como as desigualdades de acesso à educação e a precariedade das condições de trabalho dos profissionais da Educação Infantil, e trouxe novas situações socioculturais e pedagógicas para crianças, famílias, docentes e pesquisadores no que tange o uso de tecnologias digitais na Educação Infantil.

Com a pandemia instalada, a primeira providência de um significativo grupo da população foi buscar preservar a vida, um movimento característico do ser humano que, em situações de risco, procura se proteger e se defender para continuar vivo. Em direção contrária à atitude daqueles que estavam, de fato, preocupados com a coletividade, com a educação das crianças e que permaneceram em casa, seguindo os protocolos de biossegurança, acompanhamos, no Brasil, uma conjuntura político-econômica enraizada em princípios ideológicos neoconservadores e ultraliberais, que ganhou força na sociedade e teve como centralidade, nos discursos e ações de distintos agentes do poder público, o negacionismo da ciência, o desmonte de políticas públicas e a ameaça à democracia.

Além da saúde, também a educação, nesse cenário, foi uma das áreas mais afetadas e, ao mesmo tempo, foi um dos campos de conhecimento que mais produziu movimentos de resistência e resiliência, bem como encontros formacionais entre docentes e outros profissionais da educação das cinco regiões do Brasil e de outros países. As distâncias foram encurtadas pela internet e as pessoas puderam se encontrar, de modo síncrono e assíncrono, para partilhar suas experiências, estudar, produzir conhecimento e confraternizar. Todavia, as condições de acessibilidade à internet e a qualidade dos artefatos tecnológicos não foram asseguradas para todos do mesmo modo, o que dificultou os processos de estudo, de trabalho e de formação de crianças e docentes.

Apesar das circunstâncias políticas mencionadas, notamos que, durante a pandemia, o acervo de conhecimentos foi se atualizando com a realização de estudos e pesquisas envolvendo os temas educação de crianças e pandemia, os princípios da Educação Infantil (BRASIL, 2009) foram revisitados e reafirmados, e uma série de *lives*, seminários e outras atividades acadêmicas foram produzidos por instituições de ensino superior, instituições de Educação Infantil, grupos de pesquisa, associações e entidades de educação, sindicatos e movimentos sociais para profissionais da educação de diferentes níveis, etapas e modalidades da educação.

Foi nesse contexto que realizamos, em 2020, a pesquisa intitulada *Os profissionais da Educação Infantil no contexto da pandemia da COVID-19* com profissionais de Educação Infantil das redes pública e privada de educação de treze estados brasileiros, que teve como objetivo mapear e refletir sobre experiências de vida e da profissão vividas por profissionais da Educação Infantil brasileiros no contexto da pandemia de covid-19. Para este painel, focalizamos as reflexões sobre o grupo de professores da rede pública, com a intenção de compreender como as crianças e as famílias reagiram às atividades propostas pelos docentes nos primeiros meses da pandemia.

### **Na trilha metodológica da pesquisa**

A pesquisa do tipo exploratória (TRIVIÑOS, 1987) localiza-se na abordagem qualitativa de pesquisa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Para Triviños (1987, p. 109-110), “este tipo de investigação, por exemplo, não exige a revisão da literatura, as entrevistas, o emprego de questionários etc., tudo dentro de um esquema elaborado com severidade característica de um trabalho científico”. Desse modo, realizar um estudo exploratório possibilita ao pesquisador aproximar-se de temas desconhecidos, aprofundar assuntos de seu interesse, e ainda levantar possíveis problemas de pesquisa, respeitando o rigor científico. Nesta investigação, do universo de 128 profissionais da Educação Infantil das redes pública e privada de ensino de 13 estados brasileiros, escolhemos os 69 docentes que trabalham na rede pública de educação para tecer diálogos, a partir de suas narrativas, sobre como crianças e famílias reagiram às atividades propostas no início da pandemia. A escuta dos profissionais da Educação Infantil ocorreu no período de 18 de junho a 13 de julho de 2020, por meio de formulário on-line do *Google Forms*. As respostas foram organizadas e interpretadas considerando os objetivos da pesquisa e as abordagens teóricas escolhidas. As falas dos participantes da pesquisa foram identificadas como Professor da Educação Infantil pela sigla PEI e acompanhadas de um numeral (PEI 1, PEI 2), até alcançar o universo de sujeitos da investigação. Analisando o volume de respostas, escolhemos aquelas que mais possuem consonância com o escopo deste texto.

### **(Re)ações de crianças e famílias frente as atividades propostas pelos docentes**

As escolas ficaram fechadas por um longo período, e as perguntas mais comuns feitas pelos docentes, no começo da pandemia, foram: o que fazer agora? O que propor às crianças? Como dar continuidade ao trabalho pedagógico com as crianças? Como escutar as crianças e suas famílias? As respostas para essas perguntas são complexas e podem ser dadas a partir de diferentes perspectivas. A partir da pesquisa, observamos que, enquanto a pessoa do professor

buscava processar os desdobramentos da pandemia na sua vida, na vida de outras pessoas e na sociedade, o docente precisou encontrar caminhos para não abandonar as crianças e dar continuidade ao trabalho, que tinha apenas iniciado em algumas instituições de Educação Infantil.

O Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) afirma que a criança é uma prioridade absoluta e que os direitos dela devem ser assegurados onde estiverem:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

A escola e os professores, portanto, assumiram o compromisso de se aproximar das crianças e de suas famílias, em primeiro lugar, porque somos humanos e como tal precisamos ser solidários, generosos e cuidar da vida do outro. Esse é um princípio fundante da educação. Para Boff (1999, p. 91), “o cuidado somente surge quando a existência de alguém tem importância para mim”. Cuidar da vida do outro foi uma oportunidade ofertada pela pandemia e uma aprendizagem essencial que as crianças e suas famílias puderam aprender com a escola e com os professores, e vice-versa no contexto pandêmico. Além disso, as experiências cotidianas das crianças, em suas casas, também podem ser vistas como geradoras de aprendizagens e, se reconhecidas como tal, podem ser nutridas e ampliadas pelos docentes com orientações e sugestões às famílias e com a proposição de ações pedagógicas para/com as crianças que primam pela convivência, conhecimento de si, participação, expressão, exploração e brincadeira.

A docência na Educação Infantil coloca, historicamente, o professor em permanente movimento intelectual e em busca de condições de trabalho dignas para o desenvolvimento de suas atividades profissionais no cotidiano de creches e pré-escolas. Ele está sempre em busca de conhecimento, informações e exemplos que lhe inspirem para planejar, agir, observar, avaliar, documentar e compartilhar seu *saber fazer*. No contexto pandêmico não foi diferente: o professor pode ter ficado com muitas interrogações e medos, mas não demorou para que encontrasse os meios para retomar o contato com as crianças e as famílias e propor ações pedagógicas. Aqueles docentes que, antes da pandemia, já vinham desenvolvendo um projeto de educação para/com as crianças fundamentados nos princípios políticos, éticos e estéticos e em pressupostos teóricos alicerçados na escuta, na participação, nas interações e brincadeira e nas diferentes linguagens e experiências das crianças, seguiram na mesma direção no exercício da docência mediado pelas telas digitais. Os docentes que já se baseavam em uma perspectiva mais tecnicista da educação deram continuidade ao exercício da docência centralizando o processo pedagógico em si, valorizando atividades que possuem pouco ou nenhum significado para as crianças e adotando atividades e trabalhos que não dialogam

com as atuais orientações e diretrizes para a Educação Infantil (BRASIL, 2009). O que foi novo, na pandemia, tanto para as crianças, os docentes, como para as famílias, foi a necessidade de apropriação e uso das tecnologias digitais, as quais, dependendo de sua concepção e uso, em nada alteram as concepções de Educação Infantil, de criança, de docência, de espaço-ambiente, de currículo e de avaliação.

O contexto pandêmico evidenciou a necessidade de reafirmação diária de concepções, princípios e finalidade sociopolítica e pedagógica da Educação Infantil, de que essa etapa da Educação Básica é um direito de todas as crianças de 0 a 6 anos de idade, além da urgência da garantia das condições de trabalho dos professores e demais profissionais da educação, bem como a consolidação de fundamentos de infância e de criança inscritos no interior de campos de conhecimento, especialmente daqueles que reconhecem a criança como um sujeito de direitos e consideram a diversidade étnico-racial, econômica, geográfica e social de cada uma delas.

É importante ressaltar que, na pandemia, as famílias tiveram mais visibilidade e foram mais envolvidas no processo pedagógico. A relação da família com a escola e vice-versa sempre foi um desafio. Um estudo realizado por Abuchaim (2011) aponta que o diálogo é a melhor escolha a ser feita pela escola e pela família. Com a pandemia, as crianças estavam em casa com os seus responsáveis, e o docente, para que a atividade proposta chegasse até a criança, precisou recorrer à família e buscar construir esse diálogo. Gerir o tempo das crianças diante das telas, participar das atividades com as crianças, conversar com os docentes sobre as crianças e organizar a devolução das atividades para escola e para os docentes foram algumas das ações que as famílias precisaram assumir, concomitantemente às suas outras funções diárias no contexto pandêmico. A família tanto recebeu orientações de como realizar as atividades com as crianças como foi a receptora dessas atividades. Em se tratando da Educação Infantil, a presença da família nos processos pedagógicos pode ser uma potência geradora de ricos processos de desenvolvimento e de aprendizagem de uma criança, pois aquilo que ela é capaz de aprender extrapola as atividades realizadas, especialmente aquelas descontextualizadas e sem sentido para as crianças.

Em relação às (re)ações das crianças e das famílias frente as atividades propostas nos primeiros meses da pandemia, vejamos algumas falas dos docentes. A PEI7 afirmou: “As crianças têm se distanciado dos encontros virtuais. No entanto, aquelas que participam, sentem-se felizes em verem umas às outras”. Aqui, o distanciamento não diz respeito apenas aos corpos físicos que estavam em espaços diferentes, mas a um afastamento das crianças das atividades que estavam sendo propostas pelo docente e da companhia dos colegas. Esse fato não foi unânime, pois as crianças revelaram sentimentos de alegria ao se encontrarem virtualmente com seus pares e com o docente. As (re)ações das crianças diante das proposições feitas pelos docentes foram diversas, como mostram professores da Educação Infantil: “Em suma, as crianças estão conseguindo realizar as atividades propostas por nós, professores [...]” (PEI29); “As crianças acham tudo muito novo e estranho, não compreendem muito bem” (PEI57); “A maioria das minhas crianças e das famílias reage bem e sempre dá o retorno desejado” (PEI50); “Estão participando livremente” (PEI12).

Conseguir realizar as atividades propostas e receber retorno era o que o docente mais esperava das crianças e de suas famílias. No entanto, as desigualdades das condições socioeconômicas, educacionais e tecnológicas das famílias foi um fator preponderante que influenciou no modo como cada núcleo familiar tratou o que foi proposto pela instituição de Educação Infantil, como expressou a PEI 31: “Algumas interagem bem, outras, negam-se a participar e, principalmente, tem crianças que não têm condições de se comunicar via computador, apenas pelo celular, o que é bem mais complexo pelo tamanho da tela para interação”. Algumas crianças e famílias conseguiram participar ativamente; outras, de forma

moderada; e outras não puderam acompanhar e atender às expectativas dos docentes. “Cada família possui suas especificidades e respondem de acordo com sua realidade”, informou a PEI47. O retorno pode não ter sido dado ao docente no tempo estabelecido, mas cada criança, de seu lugar, viveu experiências que, na retomada das atividades presenciais, na instituição de Educação Infantil, puderam, quiçá, ser conhecidas e acolhidas.

O que não pode ser afirmado é que as crianças nada aprenderam na pandemia. Aprender é um direito da criança e dos um dos fios que compõem o processo educativo. A aprendizagem não é sinônimo do que é a educação de uma criança. Aprender faz parte da educação, mas a educação envolve processos, valores, práticas e artefatos socioculturais e políticos que contemplam diferentes dimensões, experiências e conhecimentos de grupos humanos, e possui um escopo mais amplo para a educação do ser humano. Assim sendo, as crianças, no contexto pandêmico, podem ter aprendido e vivido uma educação mais rica e significativa do que se almeja conferir em uma lista de expectativas de aprendizagens.

As crianças prestam atenção no que está acontecendo na sociedade e elas acompanharam a pandemia com sentimentos e pontos de vista que já estão sendo escutados (SANTOS, 2021; OLIVEIRA E SILVA, 2022). De fato, *o novo e o estranho*, como atributos associados à pandemia por crianças, também integram o repertório de adultos que, pela primeira vez, presenciaram uma pandemia. Afirmar que as crianças não compreendem o que está diante de si é um risco para a consolidação de concepções que veem a criança como sujeito histórico, que produz e atualiza a cultura com os modos de ser e de estar no mundo. As crianças observam, acompanham, expressam opiniões e elaboram suas teorias sobre fatos, fenômenos e situações que ocorrem cotidianamente, próximo e distantemente delas.

As falas dos docentes explicitaram, ainda, (re)ações das famílias, que versam sobre o reconhecimento das atividades propostas e do esforço empreendido pelos docentes no exercício da docência na pandemia, como expressou a PEI11: “Muito além do esperado, a recíproca foi muito boa, se manifestam de maneira bastante prazerosa e recompensadora pelo esforço empregado”. Exercer a docência na pandemia foi desafiante, e cada docente empreendeu esforços para aprender a usar tecnologias digitais e para lidar com as situações adversas que foram surgindo no acontecer da pandemia. Por outro lado, a rejeição às atividades propostas também compôs o rol de (re)ações, como sinalizou a PEI57: “As famílias têm um pouco de rejeição, por achar que não têm obrigação de fazer o papel do professor, e não percebem a importância, enquanto família, na vida das crianças”. O lugar da família no processo educativo de uma criança não é o de substituto do docente, mesmo em contexto de crise sanitária e humanitária. Os responsáveis pelas crianças e os docentes ocupam papéis relevantes e distintos, e podem colaborar com a educação de seres humanos de 0 a 6 anos de idade, na pandemia e em qualquer outra ocasião.

### **Palavras (in)conclusivas**

A pandemia da Covid-19, além de ser uma crise sanitária planetária, é um marco importante para analisar em que medida a identidade da Educação Infantil está consolidada como primeira etapa da Educação Básica, como campo de conhecimento e como campo de atuação profissional. As ações direcionadas à Educação Infantil, nos níveis federal, distrital, estadual e municipal, as medidas adotadas pelas famílias no que tange à educação de seus filhos, o tipo de atividades propostas, a situação dos profissionais da educação frente a pandemia e os discursos de diferentes atores que circulam na sociedade sobre a Educação Infantil no contexto pandêmico formam um cenário rico para a análise de como o projeto de educação para as crianças de 0 a 6 anos de idade está sendo desenvolvido nas instituições públicas e privadas de Educação Infantil.

As (re)ações das crianças e das famílias frente as atividades propostas por docentes da Educação Infantil durante a pandemia revelam a necessidade de uma discussão mais ampla e profunda sobre o projeto de educação que almejamos para as crianças de 0 a 6 anos de idade. A aceitação e/ou a rejeição das atividades pedagógicas propostas às crianças e às famílias na pandemia carregam marcas da interseccionalidade de raça, gênero, classe social e pertencimento geográfico, e isso produz diferenciações no modo como crianças e famílias reagiram ao que acessaram e experienciaram no começo da pandemia, mas também na retomada das atividades presenciais.

## Referências

ABUCHAIM, Beatriz. Dialogar é preciso. **Revista Educação** – Edição Especial “Educação Infantil”. São Paulo, volume 1, 2011, p. 76-90.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/SEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil** – Resolução CNE/CEB nº 5 de 17 de dezembro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 12 abr. 2023.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA E SILVA, Isabel de [et al.] (Orgs.). **Infância e pandemia** [recurso eletrônico]: escuta da experiência das crianças. Belo Horizonte: Incipit, 2022.

SANTOS, Marlene Oliveira dos Santos. **Educação Infantil em tempos de pandemia**. Salvador: Edufba, 2021.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

---

[i] A pesquisa foi coordenada por Levindo Diniz Carvalho, Iza Rodrigues da Luz e Isabel Oliveira e Silva

[ii] .Ver desenhos enviados pelas crianças no *site* da pesquisa: <https://www.infanciaemtemposdepandemia.com.br/>.

[iii] A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).